



Declaração da Atlantic Cities para o reconhecimento e consideração do estatuto transfronteiriço das cidades atlânticas

Mesa Executiva 4 de maio de 2021

As cidades da Atlantic Cities, num contexto em que:

o Brexit, cujas repercussões socioeconómicas ainda não foram avaliadas, está a alterar a situação territorial, estabelecendo novos limites para a cooperação atlântica,

o Plano de Ação 2.0 da Estratégia Marítima Atlântica estabelece marcos para a cooperação entre os territórios atlânticos,

o novo Quadro Financeiro Plurianual, adotado em dezembro de 2020, juntamente com o instrumento de recuperação NextGeneration EU, abre perspectivas de financiamento, particularmente no contexto da iniciativa REACT-EU, especificamente concebida para a coesão e os territórios.

Considerando:

os laços históricos, comerciais e culturais que existem entre os territórios atlânticos,

os desafios comuns enfrentados por esses territórios, apesar das fronteiras administrativas e estatais,

o objectivo de coesão territorial introduzido pelo Tratado de Lisboa em 2007,

o novo regulamento do FEDER,

a Declaração Final da Atlantic Cities 2020.

Pedido à Presidência Portuguesa, ao Parlamento Europeu, à Comissão Europeia e ao Comité das Regiões:

reconhecer a importância das fronteiras marítimas atlânticas como vetores de ligação e interfaces de cooperação para as cidades atlânticas,

considerar as redes urbanas atlânticas como instrumentos fundamentais de cooperação, de diálogo e de crescimento,

e que o pedido seja levado em conta:

- 1) nas políticas europeias, e em particular na política de transportes, com uma revisão da RTE-T que permita um verdadeiro reconhecimento do Corredor Atlântico,
 - completar as ligações ferroviárias em falta aos portos atlânticos, em particular à ponta



da Bretanha e ao sistema portuário Brest-Roscoff, com vista à abertura do oeste da Bretanha,

- oferecendo a oportunidade de ligar a Irlanda ao Corredor Atlântico, através de uma ligação ao ponto continental mais próximo, através das auto-estradas do mar,

- bem como propor uma MIE que esteja à altura destes desafios,

- 2) em futuros programas de cooperação territorial INTERREG, que permitirão ligar estas fronteiras através das sinergias que elas criam entre territórios,
- 3) em iniciativas de recuperação, incluindo a reserva de ajuste ao Brexit,
- 4) no plano de ação da Estratégia Marinha Atlântica, que deve incorporar os efeitos de Brexit no seu trabalho de pilares,
- 5) considerar a oportunidade de criar uma macrorregião atlântica que permitira ultrapassar estas fronteiras através da realização de projetos de grande escala que tratem de questões transfronteiriças como o meio ambiente, a pesca e a mobilidade.